



MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior
O património imaterial das mulheres agricultoras em territórios do interior

Financiado por:



Operador do programa:

Promotor:

Parceiros:



MAIs. Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior

O património imaterial das mulheres agricultoras em territórios do interior

Autores: Rosário Rosa & Miguel Jesus

Índice

1. O Património Cultural Imaterial – definições e enquadramento:	4
2. PCI, territórios do interior, agricultura e género	6
3. Património Cultural Imaterial na promoção igualdade de género	9
4. Recolhas do PCI: Procedimentos e métodos	11
5. Aspetos metodológicos e éticos	14
6. Exposição	16
6.1. Objetivos da exposição	16
6.2. Conteúdos da exposição	17
a. Painéis	17
b. Objetos e Produtos locais	18
c. Brochura	19
d. Vídeos-documentários	20
6.3. Espaços e momentos expositivos	21
7. Reflexões e caminhos, rumo a um futuro MAIs igual	22
Referências bibliográficas	25
ANEXOS	29
ANEXO 1. Instrumentos de recolha e informação	29
ANEXO 2. Painéis	37
ANEXO 3. Brochura	37
ANEXO 4. Link para os vídeos	37

1. O Património Cultural Imaterial – definições e enquadramento

Considera-se como Património Cultural Imaterial (PCI) as expressões culturais, práticas e representações que se manifestam em tradições orais, artísticas e performativas, práticas sociais, rituais e festivais, conhecimentos e práticas (p. ex: medicinais, alimentares) em estreita relação com a natureza e a noção de universo (Kit de Recolha de Património Imaterial, 2011; Leal, 2009). Estes são os domínios do PCI definidos pela UNESCO, em 2003 (UNESCO, 2003).

Estes domínios estão associados a saberes, técnicas, objetos e lugares, reconhecidos pelas comunidades como parte do seu património cultural, numa dialética entre material e imaterial. A reprodução deste tipo de património é realizada na passagem entre diferentes gerações, sofrendo assim uma constante (re)criação. Neste sentido o PCI é um elemento de socialização por excelência, dependendo dessa mesma socialização para a sua continuidade (Kit de Recolha de Património Imaterial, 2011).

Hobsbawm apelidava estruturas desta natureza por *tradições inventadas*, que consistem numa panóplia de práticas controladas por normas implícitas e aceites. Estas práticas têm uma essência ritual ou simbólica cuja finalidade é inculcar determinados valores e normas de comportamento, por meio da repetição. Neste sentido, as tradições inventadas acarretam uma continuidade inevitável com o passado. Em outras palavras, é necessária a criação de um passado imemorial, impossível de localizar na cronologia de vida dos/as agentes individuais (Hobsbawm, 2008). Esta construção partilhada entre familiares, vizinhos e/ou conterrâneos fornece os elementos ideais para a formação de *comunidades imaginadas* (Anderson, 2005).

As materializações de PCI, tal como expressões orais e lendas na forma de mitos divinos, são meios pelos quais os/as agentes sociais criam uma ideia de comunidade, assente na imaginação de que, por muito separados/as física e geograficamente, existe algo que os/as une, sejam os imaginários de um

passado comum, seja o de uma *terra mãe* (uma aldeia p. ex.) (Anderson, 2005; Hobsbawm, 2008). Assim, o PCI proporciona um sentido de identidade aos/às agentes envolvido/as e de continuidade aos grupos e comunidades nos quais se inserem (Kit de Recolha de Património Imaterial, 2011).

Posto isto, o PCI é mais uma das estruturas mentais, intangíveis e imateriais por via das quais os/as agentes sociais experienciam a realidade e constroem os seus imaginários, representações e sentidos dessa realidade (Amozurrutia, 2007 *apud* Cerejo, 2018; Amozurrutia & Servós, 2011).

Por isto tudo, as expressões de PCI são elementos de grande importância na fomentação de uma identidade coletiva, bem como na valorização territorial dada a sua associação aos lugares (Cabeça, 2018). É esta outra dimensão de sobeja importância na abordagem ao PCI que esta atividade acarretou.

Tal como sugerido por Longley e Duxbury (2016 *apud* Cabeça, 2018) o património imaterial tem importância no processo de estabelecimento de sentido a um determinado lugar e na promoção da unicidade desse espaço físico, dado que a cada expressão tradicional encontram-se associada idiosincrasias da região onde esta é (re)produzida. Aliás, a literatura tem apontado que existe uma forte relação entre PCI, os/as seus/uas portadores/as e os territórios (Cabeça, 2018).

Estas visões denotam o protagonismo das pessoas na manutenção do PCI, além destas tradições serem uma das bases, dissemos já, a partir das quais os/as agentes sociais constroem o sentido da sua existência e experiência no mundo social, estas expressões dependem precisamente destes/as agentes para a sua continuidade, mesmo que em contextos nos quais determinada expressão tradicional tenha caído em desuso, neste tipo de situação a memória das pessoas é imprescindível para a recuperação de uma tradição e a sua transmissão a gerações mais jovens (Pelegri, 2007; Kit de Recolha de Património Imaterial, 2011). A memória é uma forma de contar a vida, de transmitir as representações estruturantes da visão da realidade de agentes sociais, de estabelecer continuidades e ruturas com essas visões, portanto uma

fonte de informação relevante (Conde, 1993; Poirier, Clapier-Valladon & Raybaut, 1999; Godinho, 2016).

Estamos perante uma relação simbiótica entre agente e imaterial, o que remete para as vulnerabilidades a que o tipo de património em discussão se encontra sujeito. Com efeito, as transformações socio-históricas que as comunidades vão sofrendo colocam em causa a resistência das tradições ao correr dos tempos, pois se as condições e os berços da sua reprodução se extinguirem, o sentido que os/as agentes conferem ao PCI terá o mesmo destino (Kit de Recolha de Património Imaterial, 2011).

Mas se é certo que determinadas condições colocam o PCI em risco de desaparecimento, a verdade é que também servem de oportunidade para remodelações nas tradições vigentes, numa ótica de utilizar “velhos modelos para novos fins”, quando não é possível conservar antigos costumes (Hobsbawn, 2008). Novamente, confrontamo-nos com a centralidade da ação humana na preservação e continuidade do PCI, este tem sido, igualmente, o paradigma que as instâncias internacionais, como a UNESCO, têm seguido na definição do património imaterial. Passou-se de um paradigma marcado por uma certa cristalização e materialização do património (na forma de museus), para um paradigma que o define enquanto objeto vivo, cuja salvaguarda deve estar nas mãos dos/as seus/as *guardiões/ãs* e das comunidades nas quais estes/as se inserem (Bortolotto, 2007).

Por isto, a recolha e inventariação de PCI deve ser feita: **a) nas geografias onde as tradições subsistem; b) junto dos/as seus/uas detentores/as; c) com recurso a metodologias participativas.**

2. Territórios do interior, agricultura e género

Feito um breve enquadramento sobre o PCI e as dinâmicas socioculturais no qual este se insere, importa também referir a sua relevância no contexto de agricultura nos territórios do interior e a sua dimensão genderizada, mais

precisamente no contexto das duas regiões de atuação do projeto MAIs, Sabugal e São Pedro do Sul.

Como já referido em outros momentos do projeto, os territórios rurais, em Portugal, têm sido palco de um conjunto de transformações imensas, em termos populacionais, nomeadamente o deslocamento da população, principalmente em idade ativa para os grandes centros urbanos, em termos de alocação de mão-de-obra rural para atividades do segundo e do terceiro setor, de extinção de circuitos económicos tradicionais, todas com diversos impactos ao nível do desenvolvimento destas regiões e das desigualdades que nelas se produzem (Portela, 1999; Peixoto, 2004; Veiga, 2014; Mauritti *et al.*, 2019; Almeida, 2020).

Sabugal e São Pedro do Sul são duas regiões que se inserem neste vasto conjunto de territórios, estando marcadas pelo progressivo esvaziamento e envelhecimento da população. No ano de 2021, os Censos, indicam um total de 11.280 e 15.137 habitantes, no Sabugal e em São Pedro do Sul, respetivamente. Destes totais, 45% (Sabugal) e 32,8% (São Pedro do Sul) correspondem a pessoas idosas (Pordata, 2023).

Por outro lado, a agricultura, nomeadamente a familiar apresenta a maior proporção de população agrícola total, nestes territórios (Gomes, 2022; Madeira, 2022), a par com a realidade internacional (Lowder *et al.*, 2014; FAO, 2014). Este tipo de agricultura é reconhecido, igualmente, por estar baseada em sistemas e práticas ecológicas assentes em saberes tradicionais (Costa *at al.*, 2018; Aguiar *et al.*, 2020).

Novamente, no caso das duas regiões do projeto, em 2019, segundo os dados do mais recente Recenseamento Geral Agrícola, seriam encontradas 3.252 pessoas dedicadas à agricultura familiar, correspondendo a 30,7% da população residente no Sabugal, nesse ano. No caso de São Pedro do Sul, em 2019, eram encontradas 3.114 pessoas dedicadas a este nível de agricultura, correspondendo a 20% da população residente nesta região (INE, 2021).

A presença da figura feminina não é algo recente neste tipo de atividade, Maria Lamas, em *Mulheres do meu país*, registou de modo exemplar a presença das mulheres nos territórios do interior e na atividade agrícola, e as condições de vida das mesmas (Gomes 2022), ainda que só nos anos 80 se observe, no

campo das estatísticas oficiais, um crescendo da mão-de-obra feminina, um processo denominado por *feminização da agricultura* (Rodrigo, 1986). Com efeito, os dados do Recenseamento Geral Agrícola compilados por Madeira (2022) denotam uma elevada presença feminina no total de mão-de-obra agrícola familiar nos territórios o interior de Portugal. Com o avançar da industrialização de Portugal, fruto de uma entrada tardia na *modernidade*, o deslocamento da mão-de-obra agrícola teve como destino privilegiado a indústria (Lourenço, 1991; Lisboa, 2002), sendo este processo, um processo genderizado, uma vez que unicamente destinado a homens (Rodrigo, 1986; Lourenço, 1991). Por isto, nos campos a presença regular das mulheres, seria acompanhada por uma presença cada vez mais irregular dos homens (Wall, 1986), especialmente em termos estatísticos. De facto, no território português, nos últimos 30 anos, foram as mulheres quem mais se manteve no setor agrícola (Gomes *et al.*, 2022).

De volta às duas regiões, em 2019, 47,4% e 49,5% da mão-de-obra agrícola familiar era feminina, em Sabugal e São Pedro do Sul, respetivamente. Relembrando os processos demográficos já referidos, estes encontram-se patentes nas características destas duas populações agrícolas – 45% e 39% das agricultoras familiares têm entre 65 ou mais anos, no Sabugal e São Pedro do Sul, respetivamente (INE, 2021).

Aliando esta evidência quantitativa e teórica aos dados qualitativos recolhidos em dois momentos do projeto (*focus group* e conversas de terreno), que ilustram percursos, sobretudo nas agricultoras de faixas etárias mais velhas, na agricultura desde tenra idade fruto, principalmente, de uma família com forte tradição agrícola. Pois, é a família a principal unidade de produção na agricultura familiar (Lowder *et al.*, 2014) e de organização social nos meios rurais (Wall, 1998; Lourenço, 1991), e, claro, palco principal da inscrição dos/as agentes sociais na sociedade, por via da incorporação de normas, valores, representações e construção dos seus imaginários simbólicos (Berger & Luckmann, 2010). E, portanto, palco ideal para a reprodução das tradições.

Face a todos os argumentos avançados e à fraca permanência de população jovem, tanto a nível demográfico geral, como a nível e população agrícola familiar, a inventariação e registo de práticas tradicionais realizadas por mulheres agricultoras torna-se relevante, não somente para oferecer contributos à preservação de património imaterial ligado à atividade agrícola, mas também na valorização da figura da agricultora enquanto detentora de tradições e as suas múltiplas funções sociais. Isto, porque como já referenciado, ao longo do projeto, a agricultora é alvo de invisibilização, quer do ponto de vista da sociedade civil, como das produções de estatísticas, e das múltiplas e complexas desigualdades sociais inter cruzadas, como as de género (EIGE, 2016).

3. Património Cultural Imaterial na promoção igualdade de género

Como referido, a **divulgação do Património Cultural Imaterial (PCI)** constitui um importante instrumento de promoção da igualdade, nomeadamente de género, pois guarda o potencial de promover a compreensão e o respeito pela diversidade cultural de grupos mais vulneráveis ou invisibilizados, como é o caso das mulheres.

No entanto, embora atualmente seja reconhecido ao PCI este papel, nem sempre foi assim. Como em muitas outras esferas da vida social, como já argumentado, o património é uma construção social, que expressa uma relação de forças de poder, que definem o que é património e o que deve fazer parte dele. Esta definição e estes atributos vão conhecendo transformações ao longo do tempo.

De forma muito sintética, devemos recordar que em Portugal, apenas nos anos 70 do século XX acontecem algumas transformações importantes associadas ao património. Dá-se uma passagem de conceções centralistas relativas ao património que se centravam no Estado e no património material, para um alargamento a outros protagonistas e expressões patrimoniais, em que se integra o património imaterial, em consonância com as já referidas mudanças nos paradigmas internacionais definidores do património (Bortolotto, 2007).

É já no século XXI, mais precisamente em 2003, que a Unesco elabora a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, ratificada em Portugal em 2009 (Carvalho, 2022). Abriu-se, assim, caminho para uma maior democratização do património, embora as mulheres continuem muito sub-representadas.

Facto reconhecido pela Unesco, que em 2014, publica um relatório (publicado em 2021, em português) com o título: *Igualdade de género, Património e Criatividade*, onde enfatiza a importância das mulheres, e reconhece a persistência de evidentes desigualdades em relação à visibilidade do seu património, e que é novamente aludido num relatório recente da Comissão Europeia, intitulado *Gender gaps in the Cultural and Creative Sectors* (European Commission, 2022).

As desigualdades de género extravasam diversos tecidos do social, do público ao privado, nos diversos setores e níveis da sociedade (Lisboa *et al.*, 2006), inclusive as tradições. Um relatório recente da Comissão Europeia refere precisamente a prevalência deste problema social no domínio do PCI, em concreto uma valorização díspar conferida às atividades culturais masculinas e femininas (European Commission, 2022). O documento referenciado sublinha ainda que este fosso de valorização é originado pelo espaço, em que as atividades ocorrem: as atividades femininas associadas ao espaço privado e aos papéis normativos conferidos ao feminino (European Commission, 2022). Ou seja, também as tradições são um dos palcos onde a ordem de género (Connell, 1987) e as assimetrias entre feminino e masculino, público e privado, se reproduzem.

O PCI, também, guarda potencialidades em termos económicos e regionais, como sugerido na literatura a relação que recursos culturais de uma dada região e o envolvimento das comunidades têm com o desenvolvimento e o rendimento, cujo resultado são benefícios ao nível dos territórios e suas comunidades (Petronela, 2016; Cabeça, 2018). A "... mobilização dos recursos culturais específicos de cada localidade é extremamente importante para criar destinos únicos, territórios únicos com recursos únicos, para tornar cada local especial, vivido e sentido de forma especial. Cada lugar veicula os seus próprios símbolos culturais. Estabelecer a ligação entre as manifestações particulares da cultura e

criatividade e os locais específicos onde ocorrem, permite que cada lugar se apresente como distinto...” (Richards & Wilson *apud* Cabeça, 2018, p. 5).

Então, na salvaguarda do PCI residem vários benefícios sociais que permitam traçar caminhos até sociedades mais iguais e sustentáveis. Foi neste intuito que o projeto MAIs decidiu trabalhar o PCI de modo a contribuir para a intervenção em igualdade de género e na fomentação de espírito cívico e associativo.

4. Recolhas do PCI: Procedimentos e métodos

Os trabalhos de recolha e inventariação em microescala de PCI encontram-se divididos em quatro fases: **uma fase exploratória, envolvendo conversas, reuniões e entrevistas exploratórias com agentes locais; uma fase de preparação das recolhas que envolveu pesquisa documental sobre cada uma das práticas a documentar; a fase de recolha de informação qualitativa e de material audiovisual com as praticantes das expressões, nas suas localidades, e junto de presidentes das associações locais, de duas das localidades nas quais o trabalho de campo se realizou; e por fim, na construção e preparação da exposição, *output* último de todo o trabalho realizado nestes meandros.** De seguida, passaremos a uma breve síntese das três primeiras fases desta atividade¹.

Fase exploratória: A fase em apreço assentou em pesquisa bibliográfica sobre as temáticas do património imaterial e da igualdade de género neste setor e num primeiro contacto com a situação das expressões de PCI, nas regiões de implementação do projeto, por via de entrevistas exploratórias a agentes locais. Estes agentes contam com vasto trabalho de recolhas etnográficas sobre determinadas expressões de PCI, na figura e António Cabanas, cujo trabalho se tem centrado em tradições ligadas à criação de gado bovino na zona raiana da Beira Alta, e de Paulo Quintela que tem efetuado recolhas sobre práticas tradicionais na região e Viseu, Dão e Lafões. A informação proveniente destas entrevistas foi alvo de validação com técnicos/as de Câmara Municipal das duas regiões, sobressaindo-se no caso da entrevista a António Cabanas, a

¹ A construção e elaboração da exposição, devido a ser a foz de todo o trabalho realizado neste âmbito, será tema de aprofundamento mais à frente.

centralidade da confeção de enchidos, dos usos da castanha e do bracejo, esta última também aprofundada por via de uma entrevista exploratória a uma praticante, na região do Sabugal, que pretendeu manter o anonimato. Esta informação foi completada com reuniões com técnicos da Câmara Municipal do Sabugal, responsáveis pelo estabelecimento de contactos com praticantes de cada uma das expressões, identificadas por si.

No caso de São Pedro do Sul, a entrevista a Paulo Quintela foi complementada com informações prestadas por uma técnica de intervenção, inserida no projeto MAIs, com vários trabalhos de intervenção social e comunitária feitos em São Pedro do Sul, a partir da associação *Fragas Aveloso – Associação para a Interação Ambiental, Científica, Comunitária e Cultural*. Neste âmbito a técnica tinha feito alguns trabalhos de intervenção social envolvendo diferentes localidades do concelho, nomeadamente Covelinhas e Rompecilha, duas aldeias localizadas na freguesia de São Martinho da Moitas, em São Pedro do Sul, nas quais existem dois grupos de mulheres que se dedicam à prática de lã, no caso da primeira localidade, e ao ciclo do linho, no caso da segunda. Assim, nesta fase também foram realizadas visitas exploratórias às duas localidades, onde um investigador da equipa da NOVA FCSH entrou em contacto com os dois grupos de mulheres, recolhendo alguma informação primária do terreno e as práticas em apreço.

Pesquisa documental e preparação do trabalho de campo: O trabalho de campo necessitou de uma longa preparação, por parte da equipa responsável, por via de pesquisa documental e videográfica sobre cada uma das práticas. O objetivo foi o da equipa responsável ficar familiarizada com o objeto de recolhas, em concreto as fases que compõem o processo estruturante das expressões, os objetos e/ou ingredientes utilizados no referido processo e a presença de outros trabalhos de recolha sobre as mesmas expressões. Todo este trabalho esteve em intensa articulação com a informação recolhida na fase anterior. Construíram-se guiões de entrevista² e referencias para o trabalho de recolha,

² Todos os instrumentos qualitativos (guiões de entrevista a praticantes, presidentes de associação e agentes locais) mencionados ao longo desta secção estão presentes em *Anexos*, pp. 29 – 37.

assentes nas fichas de inventariação presente no *Kit de Recolha de Património Imaterial* do Instituto de Museus e da Conservação (2011) e na experiência de recolhas etnográficas, de PCI, de um dos/as investigadores/as da equipa da NOVA FCSH.

A preparação do trabalho de campo envolveu vários contactos e acordos de questões operacionais e logísticas com agentes locais das duas regiões, que facilitaram o agendamento das recolhas junto das praticantes, trabalho posteriormente realizado pela própria equipa responsável pela atividade.

Recolhas qualitativas e audiovisuais: As recolhas foram feitas com recurso a instrumentos qualitativos e participativos (entrevistas com componente biográfica e rodas de conversa) e de registo vídeo e áudio (máquina fotográfica e gravador), em cada uma das localidades de residência das nove detentoras das expressões, cujas informações se encontram detalhadas na tabela que se segue.

Tabela 1 - Informações sobre as detentoras das expressões e local das recolhas.

Nome da praticante	Idade ³	Local da recolha	Saber/prática
Armandina Teixeira	74 anos	Aldeia de Covelinhas, São Pedro do Sul	Ciclo da lã
Arminda Pereira	63 anos	Aldeia de Covelinhas, São Pedro do Sul	Ciclo da lã
Aurora da Silva	60 anos	Aldeia de Covelinhas, São Pedro do Sul	Ciclo da lã
Fernanda Costa	54 anos	Aldeia de Covelinhas, São Pedro do Sul	Ciclo da lã
Cidália Dias	77 anos	Aldeia da Rompecilha, São Pedro do Sul	Ciclo do linho
Cidalina Costa	66 anos	Aldeia da Rompecilha, São Pedro do Sul	Ciclo do linho
Odete Coelho	73 anos	Aldeia da Rompecilha, São Pedro do Sul	Ciclo do linho
Arminda Esteves	73 anos	Aldeia da Sortelha, Sabugal	Bracejo
Ilda Nabais	54 anos	Vila do Soito, Sabugal	Usos da castanha
Palmira Gonçalves	64 anos	Batocas, Aldeia da Ribeira, Sabugal	Bucho

³ À data das recolhas.

Porque no caso das práticas em São Pedro do Sul, se entendeu uma forte ligação entre estas e associações locais, ARCAS de Covelinhas e Associação Cultural e Desportiva da Rompecilha, a equipa considerou relevante, especialmente para o aprofundamento de questões éticas relacionadas com a exposição, entrevistar o e a, à data, presidentes das duas associações – Anabela Teixeira e Valentim Costa – cuja colaboração foi, igualmente, essencial para aprofundar algumas informações sobre o contexto associativo e o papel de entidades locais na dinamização e salvaguarda destas práticas. Por recomendação de Valentim Costa, a equipa entrevistou ainda Delfim Dias, natural da Rompecilha, cujo papel no *reviver* da prática de linho da Rompecilha é reconhecido, tanto na aldeia, como em outros pontos do concelho de São Pedro do Sul.

Toda esta informação, apesar de não presente na exposição, foi de sobeja importância na finalização da preparação e organização dos dados recolhidos e na estruturação da exposição final.

O trabalho de campo esteve sempre em consonância com as recomendações metodológicas presentes em alguma literatura analisada e com as disponibilidades das detentoras. O seu faseamento no tempo (maio de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023), permitiu à equipa afinar os instrumentos e modos de recolha de informação, almejando adequar estes ao contexto de recolha e às possíveis adversidades encontradas neste. Assim, este trabalho foi assente num diálogo sistemático entre experiências referenciadas na literatura consultada e pela e experiência e *voz do terreno*.

Manteve-se, com consentimento gravado, a identidade dos/as entrevistados/as em todo o trabalho, seguindo princípios éticos que nortearam todo o trabalho de recolha e preparação da informação, sob os quais nos ocupamos na secção seguinte. A colaboração, sempre pronta e aberta, de todas as partes envolvidas nos diversos momentos deste trabalho foi de uma importância central na execução desta tarefa de intervenção como um todo.

5. Aspetos metodológicos e éticos

Quer na recolha, quer na exposição e divulgação de conteúdos visuais, orais e/ou documentais realizadas para divulgação do PCI é essencial considerar

alguns cuidados para garantir uma abordagem ética, respeitosa e sustentável, nomeadamente:

Participação das comunidades: É fundamental incluir as comunidades detentoras do PCI no processo de recolha, exposição e divulgação, por exemplo através de conversas, colaboração ativa e envolvimento das comunidades nas decisões sobre como é que o seu PCI será apresentado.

Respeito pela autenticidade cultural: É necessário respeitar a autenticidade cultural das práticas e expressões do PCI e, por isso, não deve ocorrer qualquer tipo de deturpação, adaptação ou alteração indevida das tradições culturais.

Salvaguarda e proteção: Ao recolher o PCI, é importante garantir que as práticas, conhecimentos e expressões culturais são salvaguardados e protegidos, ou seja, as informações recolhidas devem ser utilizadas de forma a respeitar a integridade cultural dos grupos envolvidos.

Equidade de género e inclusão: É fundamental ter em conta a equidade de género e promover a inclusão de todas as vozes e perspetivas na recolha do PCI. No caso específico de projetos que pretendam trabalhar a igualdade de género a partir do PCI, este cuidado deve ser redobrado, e assegurar a participação plena das mulheres detentoras dos saberes, valorizar as suas contribuições e evitar intermediários.

Sensibilidade cultural: É fundamental respeitar a sensibilidade cultural da comunidade durante todo o processo de recolha e de apresentação do PCI ao público. Isto pressupõe trabalhar numa relação de proximidade e confiança, garantir o respeito pelas crenças, tradições e valores das comunidades envolvidas e evitar comportamentos que possam ser considerados ofensivos, invasivos ou desrespeitosos.

Benefício mútuo: Deve ser estabelecida uma relação de benefício mútuo com as comunidades envolvidas, através da cocriação de projetos, partilha de recursos, e da garantia da devolução de resultados, de forma a beneficiar as comunidades e contribuir para a sustentabilidade do PCI.

Impacto local: Considerar o impacto local da exposição do PCI é importante e pressupõe garantir que a exposição seja culturalmente sensível, que beneficie

as comunidades envolvidas e que possa contribuir para o desenvolvimento sustentável local.

6. Exposição

Às desigualdades diagnosticadas na base do projeto já referidas (setor agrícola; regiões do interior; envelhecimento e desertificação dos territórios; mulheres) facilmente reconhecemos que acresce a da falta de visibilidade do património ‘feminino’, que mais dificilmente transita da esfera privada, doméstica, para o espaço público e comunitário. Deste modo, fez todo o sentido trabalhar nas recolhas do PCI, e ainda mais, desenvolver atividades para a sua divulgação.

Esta divulgação, poderia passar por exposições fotográficas e/ou documentais, seminários, vídeos, documentários, catálogos, museus físicos ou virtuais, entre outras possibilidades. No projeto MAIs optou-se pela realização de uma exposição, integrando elementos fotográficos, materiais e videográficos. Uma exposição assumidamente ‘inacabada’, pouco explicativa ou informativa, com poucos elementos textuais e curtos. A ideia que subjaz à exposição realizada foi a de um **convite ‘para ir, e não para ficar’**, ou seja, para a partir dela, estimular a vontade dos visitantes em conhecerem mais sobre as mulheres agricultoras, o seu trabalho, os seus saberes, e irem visitar os seus territórios, onde este património imaterial retratado é um património vivo, que necessita de quem lhe assegure o futuro. Este foi e continua a ser o desafio.

6.1. Objetivos da exposição

Os objetivos da exposição articulam-se com os da recolha do PCI, enquadrados em duas dimensões: valorização e divulgação do trabalho das mulheres agricultoras e promoção dos seus espaços de ‘fala’ no espaço público. Daqui decorre o título dado à exposição: **“Das mãos às vozes das mulheres agricultoras”**, o qual pretende realçar os protagonismos destas mulheres na

manutenção de saberes e práticas herdadas, que salvaguardam e preservam no presente, tendo uma perspetiva de os projetar no futuro.

Neste sentido, os **principais objetivos** da exposição foram:

- Divulgar o património cultural imaterial das regiões;
- Enfatizar o papel das mulheres na salvaguarda desse património;
- Valorizar o papel das mulheres agricultoras nas comunidades, famílias, economia doméstica, e sustentabilidade;
- Estimular o público a conhecer melhor o património imaterial destas regiões;
- Estimular a visita aos locais (aldeias) onde este património ainda se mantém vivo;
- Alertar o poder político para a necessidade de preservar o património cultural imaterial;
- Reconhecer o protagonismo das mulheres agricultoras (enfoque no PCI como um instrumento de promoção da igualdade de género).

6.2. Conteúdos da exposição

a. Painéis

Depois de recolhido todo o material de PCI, este sofreu um primeiro tratamento para que a equipa do projeto conseguisse planificar a sua divulgação. Face à riqueza do material vídeo e fotográfico recolhido, decidiu-se planear e desenvolver uma exposição fotográfica, o que foi moroso e complexo, dado os meios e recursos que é necessário implicar para uma atividade deste tipo, mas correspondeu aos objetivos definidos pelo projeto.

Neste sentido, foram desenvolvidos painéis com conteúdo predominantemente visual (fotográfico) centrados nas histórias, saberes e práticas de algumas das mulheres agricultoras participantes no projeto, que posteriormente foram trabalhados graficamente e impressos em 22 painéis com uma dimensão 60x70 cm.



O número de painéis teve como condicionante os recursos disponíveis, nomeadamente a dimensão do espaço destinado à exposição no Sabugal, e também para que a visita à exposição não fosse demasiado longa e cansativa.

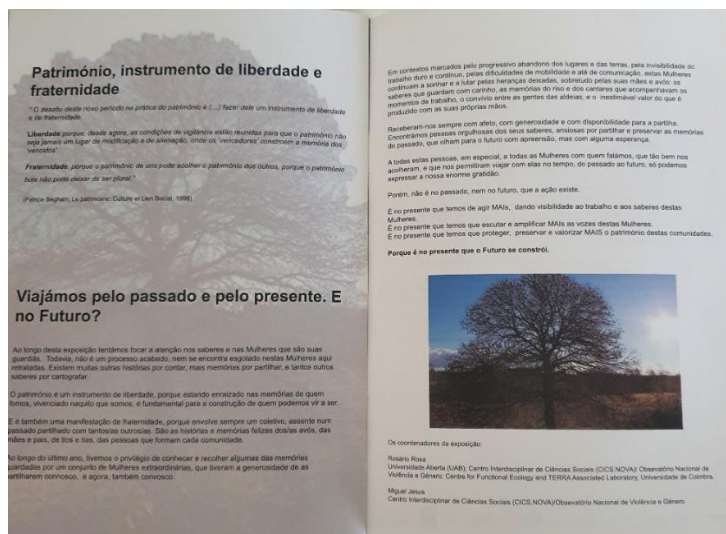
b. Objetos e Produtos locais

A exposição fotográfica foi complementada com a mostra de alguns dos instrumentos de trabalho das mulheres, assim como alguns dos seus produtos (cestaria de bracejo, meias tricotadas, panos de linho, etc). No dia da inauguração da exposição, a maioria das mulheres agricultoras retratadas esteve presente, permitindo pequenas demonstrações dos seus produtos e dos seus saberes junto do público visitante.



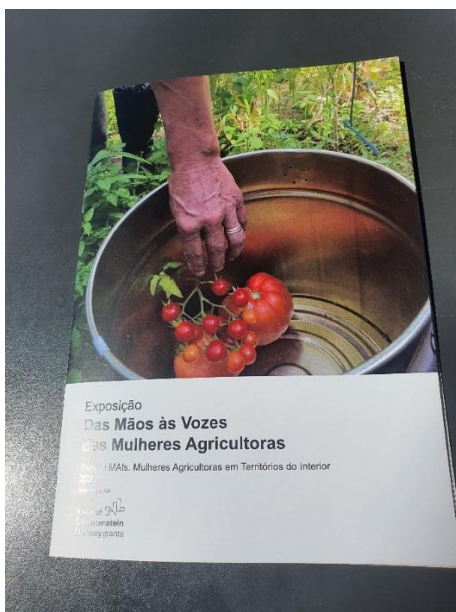
c. Brochura

A brochura (16 páginas) serviu de apoio à exposição, sintetizando a informação, e conferindo um enquadramento complementar à mesma, através de dois textos escritos pela equipa do projeto.



Este foi um produto com o duplo objetivo de valorização e divulgação do trabalho das mulheres agricultoras, quer para as próprias participantes no projeto (a quem

foi oferecida uma brochura) quer para o público visitante da exposição. A brochura reflete o itinerário da exposição, tendo por foco cada uma das mulheres protagonistas, assim como os saberes e práticas tradicionais de que são detentoras. Tem ainda em consideração a dimensão espacial, retratando as recolhas realizadas em cada um dos dois concelhos intervencionados.



d. Vídeos-documentários

Durante as recolhas no terreno, a equipa do projeto desenvolveu diversas atividades e recorreu a diferentes técnicas para as recolhas do PCI: rodas de conversa, entrevistas, fotografia, vídeo. Cada uma destas técnicas permitiu recolher informação complementar, assim como estimulou e enalteceu a importância e o valor do trabalho desenvolvido pelas mulheres participantes no projeto, assim como o de tantas outras mulheres que fazem parte destes saberes que foram sendo transmitidos e salvaguardados.

Face a isto, e apesar da limitação de recursos, sobretudo temporais, foi clara a importância de desenvolver alguns produtos que documentassem todos estes saberes, de forma mais viva do que o discurso escrito e a fotografia. Deste modo, decidiu-se construir alguns documentários em formato de vídeo.

Inicialmente estava prevista a realização de dois vídeos genéricos, focados na **temática das ‘mulheres agricultoras’**, um relativo a cada região onde o projeto decorreu (São Pedro do Sul e Sabugal). Depois de observado o material recolhido, e em fase de edição, decidiu-se fazer três, uma vez que o material de São Pedro do Sul era muito extenso, e com especificidades relativas a cada uma das aldeias que decidimos ser importante autonomizar. Assim, foram produzidos **três documentários** sobre a temática das mulheres agricultoras, com os seguintes separadores: **as memórias; o presente; as mulheres; e o futuro.**

Foram ainda produzidos outros **cinco vídeos relativos às práticas/saberes** recolhidos no terreno:

Em São Pedro do Sul:

- **Ciclo do linho;**
- **Ciclo da lã.**

No Sabugal:

- **Usos da castanha;**
- **Bracejo;**
- **Bucho.**

Estes pequenos documentários foram apresentados, durante a exposição, num ecrã existente no espaço, para que as pessoas visitantes pudessem conhecer as histórias e os saberes destas mulheres, de forma mais aprofundada.

No entanto, o seu potencial de divulgação do PCI recolhido, ultrapassa largamente o tempo e o espaço da exposição, sendo intenção do projeto uma maior difusão pública deste material, para além da devolução às mulheres protagonistas.

6.3. Espaços e momentos expositivos

A exposição esteve disponível ao público, inicialmente entre abril e maio de 2023, no museu do Sabugal, localizado no centro da Vila do Sabugal. A inauguração coincidiu com o dia do seminário final que decorreu no auditório do mesmo espaço, altura em que a maioria das mulheres agricultoras participantes no projeto esteve presente e pode conhecer a exposição.

Posteriormente, para que a divulgação destas recolhas se ampliasse para o outro concelho intervencionado, transitou para o concelho de São Pedro do Sul, onde ficou alojada no espaço da Câmara Municipal, localizado no edifício da mesma, no centro de São Pedro do Sul, durante os meses de junho e julho de 2023.

A publicitação destas exposições foi feita a partir das redes das diversas entidades parceiras do projeto, incluindo as Câmaras Municipais dos dois concelhos intervencionados.

7. Reflexões e caminhos, rumo a um futuro MAIs igual

O trabalho aqui apresentado assentou num sistemático de processo de reflexão e diálogo entre investigação, intervenção e valências externas, norteado por processos participativos e princípios éticos vários.

Entendeu-se a importância do PCI na dinamização e valorização das memórias e do conhecimento tradicional que caracteriza determinadas comunidades e territórios, guardando inúmeras potencialidades do ponto de vista social, económico e ambiental.

Por outro lado, este trabalho leva-nos a refletir e repensar sobre as desigualdades de género, em termos de dimensões e palcos da reprodução destas e a importância de construir um olhar holístico sobre estas, indo para lá de visões que centram estas desigualdades no mundo do terceiro setor urbano. Com efeito, o PCI é mais um palco de proliferação das desigualdades sociais de género, todavia é certo que também é um instrumento com inúmeras potencialidades do ponto de vista de combate a estas desigualdades e empoderamento feminino.

A informação recolhida nas fases que compuseram este processo, com origem em diferentes pontos de vista, permite agora fazer algumas recomendações para

a política central e local, que passamos a elencar. Do ponto de vista local, a equipa recomenda:

- Um maior envolvimento dos poderes locais na dinamização de recolhas de PCI, norteado por princípios éticos e participativos, com o objetivo de: fomentar um diálogo entre palcos de decisão formal e as vozes das pessoas das diferentes localidades; construir, organizar e disseminar informação sobre diferentes expressões tradicionais, com vista à sua inventariação no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial e à sua publicitação intra e inter-regional; valorizar as vozes das comunidades detentoras de expressões de PCI, com enfoque nas pessoas individuais guardiãs destas tradições, especialmente de grupos minoritários; incentivar a dinamização de espaços museológicos, ao nível autárquico (concelho e freguesias), para a preservação de património material em degradação e das formas de PCI ligadas a este.

- Aposta das expressões de PCI, com enfoque nas localidades e comunidades onde estas são praticadas, nas ações de turismo local sustentável.

- Inserção do PCI como área estratégica e prioritária ao nível de execução de Planos Municipais para a Igualdade e não Discriminação.

Do ponto de vista central, a equipa recomenda:

- Um maior investimento em: formação de técnicos/as de recolha de património imaterial, de modo a auxiliar poderes e entidades locais no processo de salvaguarda e preservação do PCI, de diversas regiões; na dinamização de estudos e intervenções sobre PCI, em diferentes regiões e sob uma perspetiva de género, trabalho muito incipiente no contexto português ao nível do conhecimento científico, com o fim de informar intervenções locais e inter-regionais; inserção do património imaterial como área privilegiada de intervenções em igualdade de género, seguindo as diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND); de estímulo a atividades recreativas e culturais, ao nível distrital e autárquico, em que o PCI e a igualdade de género estejam no centro da discussão.

- Facilitação dos processos burocráticos inerentes à inventariação de PCI, estimulando e sensibilizando distritos e municípios para estas tarefas. Almejando-se assim a sua publicitação nacional e internacional.
- Sensibilizar para as potencialidades ecológicas e sustentáveis do PCI, seguindo os princípios e objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Estas recomendações têm como objetivo a construção de pontes e percursos, entre poderes políticos, entidades e organizações locais, comunidades e pessoas, rumo a um futuro MAIs igual e sustentável.

Em jeito de conclusão, a equipa do Observatório Nacional de Violência e Género do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa quer deixar um profundo agradecimento a todas as partes envolvidas nesta fase de trabalhos, sem as quais não seria possível levar os mesmos a bom porto.

Às *nossas* senhoras, guardiãs de expressões de PCI, com quem trabalhamos e tanto aprendemos, pela sua imensa hospitalidade, disponibilidade, amabilidade, tempo com que nos receberam e pelas histórias de vida que conosco partilharam. Do Sabugal, às donas Arminda Esteves, Ilda Nabais e Palmira Gonçalves, de São Pedro do Sul, às donas Armandina Teixeira, Arminda Pereira, Aurora da Silva, Fernanda Costa, Cidália Dias, Cidalina Costa e Odete Coelho, esperamos que esta exposição e trabalho tenha feito jus ao vosso conhecimento e história!

Ainda a nível local, agradecer a Anabela Teixeira, António Cabanas, Delfim Dias, Paulo Quintela e Valentim Costa, pela disponibilidade e informações preciosas partilhadas conosco. À Dr^a. Ângela Abreu, do município de São Pedro do Sul, pela disponibilidade e ajudas sempre prontas, ao Engenheiro Hugo Joia e à Dr^a. Vanessa Alves, do município do Sabugal, pelo tempo e auxílio na preparação de questões logísticas e operacionais. Muito obrigado/a!

Às *nossas* colegas do MAIs, Diana Gomes e Cristina Bandeira, sem quem este trabalho, em especial a sua fase exploratória não teriam sido possíveis, pela dedicação à causa e às mulheres agricultoras e rurais. Muito obrigado/a!

À coordenadora do projeto MAIs, a Dr^a. Cristina Amaro da Costa, pela liberdade com que sempre nos deixou efetuar o nosso trabalho. Muito obrigado/a!

Por fim, do lado institucional deixamos o nosso agradecimento ao Prof. Dr. Manuel Lisboa, coordenador da nossa equipa, pela confiança depositada em nós. Muito obrigado/a! À equipa do ONVG, pelas ajudas e incentivos. Agradecimento estendido ainda ao CICS.NOVA e à sua equipa de gestão, em especial à Marina Ferreira, quem auxiliou a equipa na dinamização da comunicação e publicitação dos diferentes momentos desta (e outras) fase(s) do projeto MAIs.

Referências bibliográficas

Aguiar, A., Silva, L., Parente, C., & Costa, C. A. (2020). Organizational innovation in the context of family farms: lean diagnosis. *J. Innov. Manag.*, 8, 68–86. https://doi.org/10.24840/2183-0606_008.002_0006

Almeida, M. A. (2020). The uses of rural areas in Portugal: Historical perspective and the new trends. *Revista Galega de Economía*, 29(2), 1 – 17. <https://doi.org/10.15304/rge.29.2.6750>

Amozurrutia, J. A., & Servós, C. M. (2011) Excel spreadsheet as a tool for social narrative analysis. *Qual Quant*, 45, 953-967 <https://doi.org/10.1007/s11135-010-9406-9>

Anderson, B. (2005). *Comunidades Imaginadas – Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Edições 70

Berger, P., & Luckmann. T. (2010). *A Construção Social da Realidade*. Dinalivro

Bortolotto, C. (2007). From Objects to processes: UNECO's 'Intangible Cultural Heritage'. *Journal of Museum Ethnography*, 19, 21 – 33

Cabeça, S. M. (2018). Mapeamento Cultural: uma Metodologia Sustentável para o Património Cultural Imaterial. *Revista MEMORIAMEDIA*, 3(5)

Carvalho, A. (2022). Intangible cultural heritage and public policies in Portugal: An overview. In Konvit, F. T. B., Conde, A. F., & Bombico, S. (Eds.) *Intangible Cultural Heritage and Digital Image: Portugal-Slovakia Readings* (pp. 46 – 63).

UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know – How: Linking Heritage, University of Évora. <http://hdl.handle.net/10174/32368>

Cerejo, D. (2018). Emotional Indicators as a Systemic Approach to Exploring Social (Inter)Action: The Case of Portuguese Intimate Partner Violence Victims. In Lisboa, M., & Cerejo, D. (Eds.), *Complexity Sciences: Theoretical and Empirical Approaches to Social Action* (pp. 155-172). Cambridge Scholars Publishing

Conde, I. (1993). Problemas e virtudes na defesa da biografia. *Sociologia – Problemas e práticas*, 13, 39 – 57

Connell, R. W. (1987). *Gender & Power. Society, the Person and Sexual Politics*. Polity Press

Costa, C. A., Guiné, R., Correia, H. E., Costa, D. T., Costa, T., Parente, C., *et al.* (2018). Agricultura familiar e proteção das culturas: abordagens tradicionais e proximidade com práticas de agricultura biológica. *Rev. Ciênc Agr.*, 41, 164–173
<https://doi.org/10.19084/rca.17086>

Costa, P. F. (2014). *MatrizPCI – Inventário nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*. Direção geral do Património Cultural.

EIGE (European Institute for Gender Equality). (2016). *Gender in agriculture and rural development*. Publications Office of the European Union

European Commission (2022). *Gender gaps in the Cultural and Creative Sectors*. Publications Office of the European Union

FAO (2014). *The State of Food and Agriculture 2014*. Food and Agriculture Organization of the United Nations

Godinho, P. (2016). Futuros passados, futuro ausente ou um terraço para outra coisa ainda? Um ensaio sobre usos da memória, teoria e métodos. In Lisboa, M. (Coord.) *Metodologias de Investigação Sociológica. Problemas e soluções a partir de estudos empíricos* (pp. 131 – 162). Edições Húmus

Gomes, D. (2022). *Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género*. [Master dissertation Universidade do Porto].

Repositório Aberto da Universidade do Porto
<https://hdl.handle.net/10216/146524>

Gomes, D, Jesus, M., Rosa, R., Bandeira, C., & Costa, C. A. (2022). Women in family farming: Evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. *Frontiers in Sociology, Section Gender, Sex and Sexualities*, 7, 1-13
<https://doi.org/10.3389/fsoc.2022.939590>

Hobsbawm, E (2008). “Introdução: A Invenção das Tradições”. In Hobsbawm, E. & Ranger, T. (Org.) *A invenção das tradições* (pp. 9 – 24). PAZ E TERRA

INE (2021). *Recenseamento Agrícola – Análise dos principais resultados – 2019*. Instituto Nacional de Estatística

Kit de Recolha de Património Imaterial (2011). *Kit de recolha de património imaterial*. Instituto dos Museus e da Conservação

Leal, J. (2009). O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspetiva histórica. In Costa, P. F. (Coord.), *Museus e Património Imaterial. Agentes, Fronteiras, Identidade* (pp. 289 – 295). Instituto dos Museus e da Conservação

Lisboa, M. (2002). *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*. Educa

Lisboa, M., Frias, G., Roque, A. & Cerejo D. (2006). Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 163 – 187

Lourenço, N. (1991). *Família Rural e Indústria*. Editorial Fragmentos

Lowder, S. K., Skoet, J., & Singh, S. (2014). *What Do We Really Know About the Number and Distribution of Farms and Family Farms Worldwide?: Background Paper for the State of Food and Agriculture 2014*. Food and Agriculture Organization of the United Nations

Madeira, R. C. (2022). *Mulheres agricultoras em ação. Processo de co-construção de um programa de intervenção agroecológico a partir da ADER-SOUSA*. [Master dissertation Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto <https://hdl.handle.net/10216/144632>

- Mauritti, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal. Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia ON LINE*, 19, 102 – 126
- Peixoto, P. (2004, setembro 16 – 18). *O desaparecimento do mundo rural*. [Comunicação] VII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão do novo milénio, Coimbra.
- Pelegri, S. C. A. (2007). O Património Cultural e materialização das memórias individuais e coletivas. *UNESP – FCLAs – CEDAP*, 1(3), pp. 87 – 100
- Petronela, T. (2016). The importance of the intangible cultural heritage in the economy. *Procedia Economics and Finance*, 39, 731 – 736
[https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(16\)30271-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(16)30271-4)
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S., & Raybut, P. (1999). *Histórias de vida. Teoria e Prática*. Celta Editora
- Portela, J. (1999). *O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39(1-2), 45 – 65
- Rodrigo, I. (1986). Feminização da agricultura. *Análise Social*, XXII(92-93), 643 – 652
- UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>
- UNESCO. (2021). *Igualdade de Género, Património e Criatividade*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Veiga, J. F. (2014). A Dimensão Social e Política da Agricultura Familiar. Voz e Voz. *Revista da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local*, 4(A), 13 – 23
- Wall, K. (1986). Divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo. *Análise Social*, XXII(92-93), 661 – 668
- Wall, K. (1998). *Famílias no Campo. Passado e presente em duas Freguesias do Baixo Minho*. Dom Quixote

ANEXOS

ANEXO 1. Instrumentos de recolha e informação

Guião de entrevistas exploratórios com agentes locais:

(Perguntar se autoriza [para que fique gravado] e entregar documento do consentimento para assinar)

Quebra-gelo:

Antes de passarmos às perguntas que tenho para lhe fazer, gostava de saber um pouco mais sobre os trabalhos que te realizado nestes domínios de atuação.

- O que o/a levou a construir conhecimento nesta área? De onde veio o interesse?
 - Das recolhas que tem feito, como distinguiria o papel das mulheres do papel dos homens na região? De que modo elas são protagonistas?
 - Na sua opinião, quais são as utilidades deste tipo de iniciativas para os habitantes locais e para as pessoas envolvidas nas práticas?
 - E para este concelho?
- 1.- Quais são as principais expressões culturais (ex.: tradições orais, saberes fazeres, festividades...) principais desta região que estão ligadas às mulheres agricultoras?
 - 2.- O que foi mudando nestas práticas?
 - 3.- Está a haver transmissão destas às novas gerações?
 - 4.- Houve práticas que desapareceram?
 - 5.- Em termos de atores envolvidos nestas práticas, recomenda-me falar com alguém?
 - 6.- O que é o poder local deste município tem feito para salvaguardar as tradições culturais?

6.1.- O que recomenda ser feito para inventariar, salvaguardar e preservar estas tradições?

Guião de entrevista [lã]:

(Perguntar se autoriza [para que fique gravado])

Muito obrigado/a pela sua disponibilidade!

Antes de começar o guião, pedir informações sociodemográficas (idade, naturalidade, se sempre viveu na localidade em causa, e/ou, outras informações consideradas relevantes).

1.- Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre este trabalho com a lã...

1.1.- Com quem aprendeu a fazer esta prática/tradição? (que idade tinha, que tipo de peças de artesanato começou a fazer...)

1.2. O que foi mudando desde que aprendeu até agora?

1.2.1.- Que tipo de peças costuma fazer?

1.2.2.- No passado, fazia algum tipo de peça que não faça atualmente?

1.3.- Pode-nos explicar um pouco como é o processo? (fases, duração, utensílios, espaços físicos)

Fases: Tosquia; Seleção; Lavagem; Carbenar; Cardar; Fiar; Torcer; Mear; Dobar

Para cada fase, perguntar que instrumentos são utilizados, caso a entrevistada não os mencione. Pedir demonstrações, sempre que possível.

2.- Existem outras tradições (saberes fazeres/expressões orais/gastronomia/festividades) associadas a esta?

3.- Neste trabalho, também participam homens?

3.1. Como se distingue o papel do homem do da mulher?

4. Acha que estas tradições são importantes para o concelho? Porquê?

5. Como imagina que estes saberes e estas práticas vão ser no futuro?

5.1. Existem pessoas novas a aprender?

5.2. Existe interesse em comprar?

Guião de entrevista [linho]:

(Perguntar se autoriza [para que fique gravado])

Muito obrigado/a pela sua disponibilidade!

Antes de começar o guião, pedir informações sociodemográficas (idade, naturalidade, se sempre viveu na localidade em causa, e/ou, outras informações consideradas relevantes).

1.- Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre este trabalho com o linho...

1.1.- Com quem aprendeu a fazer esta prática/tradição? (que idade tinha, que tipo de peças de artesanato começou a fazer...)

1.2. O que foi mudando desde que aprendeu até agora?

1.2.1.- Que tipo de peças costuma fazer?

1.2.2.- No passado, fazia algum tipo de peça que não faça atualmente?

1.3.- Pode-nos explicar um pouco como é o processo? (fases, duração, utensílios, espaços físicos)

Fases: Cultivo e colheita; Ripagem; Maceração; Trituração; Espadelagem; Sedagem; Fiação; Mear; Branqueamento.

Para cada fase, perguntar os utensílios usados! Solicitar demonstrações, quando possível.

2.- Existem outras tradições (saberes fazeres/expressões orais/gastronomia/festividades) associadas a esta?

3.- Neste trabalho, também participam homens?

3.1. Como se distingue o papel do homem do da mulher?

4. Acha que estas tradições são importantes para o concelho? Porquê?

5. Como imagina que estes saberes e estas práticas vão ser no futuro?

5.1. Existem pessoas novas a aprender?

5.2. Existe interesse em comprar peças?

Guião de entrevista [usos da castanha]:

(Perguntar se autoriza [para que fique gravado])

Muito obrigado/a pela sua disponibilidade!

Antes de começar o guião, pedir informações sociodemográficas (idade, naturalidade, se sempre viveu na localidade em causa, e/ou, outras informações consideradas relevantes).

1.- Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre os usos que faz à castanha. Primeiro, pedimos que partilhe connosco as suas memórias destes usos...

1.1- Quais são os principais usos que faz à castanha? (culinária, bebidas, artesanato, em que ocasiões estes usos eram feitos...)

1.1.- Com quem aprendeu a fazer este tipo de usos? (que idade tinha, que usos começou a fazer)

1.2. O que foi mudando desde que aprendeu até agora?

1.2.1.- No passado, havia algum uso que se desse à castanha e que não se dá agora? Porquê?

1.3.- Pode-nos explicar um pouco como são os diferentes processos? (fases, duração, utensílios, espaços físicos, [no caso de receitas] ingredientes utilizados...)

Para cada fase, perguntar que instrumentos são utilizados, caso a entrevistada não os mencione. Pedir demonstrações, sempre que possível.

2.- Existem outras tradições (saberes fazeres/expressões orais (lendas, músicas, lengalengas/gastronomia/festividades) associadas a estes usos?

3.- Os homens participam em algum destes usos? Qual/ais?

3.1. Como se distingue o papel do homem do da mulher?

4. Acha que este tipo tradições são importantes para o concelho? Porquê?

5. Como imagina que estes saberes e estas práticas vão ser no futuro?

5.1. Existem pessoas novas a aprender?

5.2. Existe interesse em comprar? (Falar das plataformas utilizadas no escoamento deste produto, a que preço costuma vender, as facilidades/dificuldades no escoamento, se vende mais a público regional ou extrarregional)

Guião de entrevista [bracejo]:

(Perguntar se autoriza [para que fique gravado])

Muito obrigado/a pela sua disponibilidade!

Antes de começar o guião, pedir informações sociodemográficas (idade, naturalidade, se sempre viveu na localidade em causa, e/ou, outras informações consideradas relevantes).

1.- Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre este trabalho com o bracejo. Pedimos que partilhe algumas das suas memórias sobre esta prática connosco...

1.1.- Com quem aprendeu a fazer esta prática/tradição? (que idade tinha, que tipo de peças de artesanato começou a fazer...)

1.2. O que foi mudando desde que aprendeu até agora?

1.2.1.- Que tipo de peças costuma fazer?

1.2.2.- No passado, fazia algum tipo de peça que não faça atualmente? (tentar captar inovações)

1.3.- Pode-nos explicar um pouco como é o processo? (fases, duração, utensílios, espaços físicos)

Fases: apanha, 1ª seleção, secagem, transporte e enfaixamento, 2ª seleção [onde se submete à ripagem], transformação [junção]...

Para cada fase, perguntar que instrumentos são utilizados, caso a entrevistada não os mencione. Pedir demonstrações, sempre que possível.

2.- Existem outras tradições (saberes fazeres/expressões orais/gastronomia/festividades) associadas a esta?

3.- Neste trabalho, também participam homens?

3.1. Como se distingue o papel do homem do da mulher?

4. Acha que este tipo tradições são importantes para o concelho? Porquê?

5. Como imagina que estes saberes e estas práticas vão ser no futuro?

5.1. Existem pessoas novas a aprender?

5.2. Existe interesse em comprar?

Guião de entrevista [bucho]:

(Perguntar se autoriza [para que fique gravado])

Muito obrigado/a pela sua disponibilidade!

Antes de começar o guião, pedir informações sociodemográficas (idade, naturalidade, se sempre viveu na localidade em causa, e/ou, outras informações consideradas relevantes).

1.- Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre este trabalho com o bucho. Pedimos que partilhe as suas memórias deste enchido connosco...

1.1.- Com quem aprendeu a fazer esta receita/tradição? (que idade tinha, em que ocasiões é que se costumava consumir esta receita)

1.2. O que foi mudando desde que aprendeu até agora?

1.2.1.- Com que tipo de pratos/comida e bebidas costuma ser servido este enchido? (Há loiças e utensílios de mesa especiais para este enchido?)

1.2.2.- Mudou alguma coisa na receita? O quê?

1.2.3.- No passado, fazia algum tipo de refeição, ou consumia-se este enchido numa ocasião, que atualmente já não é hábito? Porquê?

1.3.- Pode-nos explicar um pouco como é o processo de confeção desta receita? (fases, duração, utensílios, espaços físicos e ingredientes utilizados)

Para cada fase, perguntar que instrumentos são utilizados, caso a entrevistada não os mencione. Pedir demonstrações, sempre que possível.

2.- Existem outras tradições (saberes fazeres/expressões orais (lendas, músicas, lengalengas/gastronomia/festividades) associadas a esta?

3.- Neste trabalho, também participam homens?

3.1. Como se distingue o papel do homem do da mulher?

4.- Acha que este tipo tradições são importantes para o concelho? Porquê?

5.- Como imagina que estes saberes e estas práticas vão ser no futuro?

5.1. Existem pessoas novas a aprender?

5.2. Existe interesse em comprar? (Falar das plataformas utilizadas no escoamento deste produto, a que preço costuma vender, as facilidades/dificuldades no escoamento, se vende mais a público regional ou extrarregional)

Guião de entrevista utilizado nas entrevistas com presidentes de associações locais:

Guião de entrevista semi-estruturada a Presidentes de Associações Culturais

(solicitar consentimento para filmar e gravar)

Muito obrigado/a pela sua disponibilidade em realizar esta entrevista. O objetivo desta entrevista é a de saber mais sobre o papel das associações locais na dinamização, preservação e valorização de práticas e saberes tradicionais. Assim, a sua colaboração nesta entrevista é de máxima importância para desenvolvimentos futuros no projeto MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior.

a. Dados biográficos

Pedir informações mais gerais: idade, local de nascimento, percurso de vida (onde viveu, onde trabalhou, por quanto tempo...)

b. Associação

1.- Conte-nos um pouco como surgiu a ideia de fundar esta associação. (cronologia, pessoas fundadoras, objetivos, razões por detrás da criação, entraves iniciais, apoios...)

1.1.- O que mudou desde a fundação da associação? (tipo de atividades, estrutura hierárquica, lógicas de tomada de decisão, protocolos/atividades com outros órgãos/agentes locais)

1.2.- Qual é o papel deste tipo de associações na esfera local? (promoção da participação cívica das pessoas da localidade, animação sociocultural)

1.3.- Os homens e as mulheres participam na associação de forma diferente? Há diferenças? Como é que as mulheres participam?

1.4.- A associação sempre promoveu as práticas tradicionais **[prática em questão]**? Qual considera ser a posição/missão da associação em relação a estas práticas? (atividades feitas, parecerias fora da localidade, intenções futuras)

c. O papel das práticas culturais

Vamos falar um pouco sobre estas práticas culturais específicas. Queria saber mais sobre a sua opinião enquanto habitante/pessoa natural da localidade, bem como dirigente da associação, sobre a importância e estado destas práticas tradicionais.

2.- Fale-me um pouco sobre as suas memórias em relação a esta prática? Quando foi? Com quem?

3.- O que foi mudando desde que teve o seu primeiro contacto com esta prática?

4.- Porque acha importante promover e preservar este tipo de práticas? (ao nível da localidade, do concelho, do distrito; da valorização das mulheres)

5.- Como imagina o futuro destas práticas? Porquê?

6.- O que podia ser feito, a nível do poder local, para mudar esse rumo?

7.- Como dissemos, inicialmente, o nosso objetivo com as recolhas que foram feitas é o de construirmos uma exposição, com o objetivo de promover a visibilidade e importância destas práticas, como das mulheres que as praticam.

Nesse sentido, gostaria de saber o que, na sua opinião, deve estar presente nesta exposição.

ANEXO 2. Painéis

Disponíveis na [Google drive](#) do projeto MAIs.

ANEXO 3. Brochura

Disponível na [Google drive](#) do projeto MAIs.

ANEXO 4. Link para os vídeos

Disponíveis na [Google drive](#) do projeto MAIs.